

LEMBRAR PARA NÃO ESQUECER

60 ANOS
1964 - 2024

DITADURA



UFRJ



O Caderno de Biografias Anistia Reparação e Memória foi produzido pelo Serviço de Mídias Impressas, Virtuais e de Produção Editorial da Coordenadoria de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, durante o segundo semestre de 2009.

Reedição em 2024

Gabinete do Reitor da UFRJ

Superintendência Geral de Comunicação - SGCOM

Av. Carlos Chagas Filho, 791 - Cidade Universitária, Rio de Janeiro - RJ

Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ - CEP 21941-599

Foto da capa: França. Arquivo Nacional/Fundo Correio da Manhã

Foto da última capa: Milton. Arquivo Nacional/Fundo Correio da Manhã

Sumário

Anistia: reparação e memória	2
Adriano Fonseca Filho	3
Ana Maria Nacinovic	4
Antônio Pádua Costa	5
Antônio Sérgio de Matos	5
Antônio Teodoro de Castro	6
Arildo Airton Valadão	7
Áurea Eliza Pereira Valadão	8
Ciro Flávio Salazar e Oliveira	9
Fernando Augusto da Fonseca	10
Flávio Carvalho Molina	11
Frederico Eduardo Mayr	12
Guilherme Gomes Lund	13
Hélio Luiz Navarro De Magalhães	13
Jana Moroni Barroso	14
José Roberto Spiegner	15
Kleber Lemos Da Silva	16
Lincoln Bicalho Roque	17
Luiz Alberto Andrade de Sá e Benevides	18
Maria Célia Corrêa	19
Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo	19
Mário de Souza Prata	20
Paulo Costa Ribeiro Bastos	21
Raul Amaro Nin Ferreira	22
Sônia Maria de Moraes Angel Jones	23
Stuart Edgar Angel Jones	24

Anistia: reparação e memória

Homenagem aos alunos e professores da UFRJ mortos e/ou desaparecidos no período da ditadura militar

A ditadura militar brasileira, implantada em abril de 1964, depôs o governo legitimamente eleito pelo voto popular e cometeu atrocidades contra homens e mulheres, do campo e da cidade. Cerca de 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses, 7.367 foram indiciadas e 10.034 atingidas na fase de inquéritos, em 707 processos na Justiça Militar por crimes contra a segurança nacional. Foram 4 condenados à pena de morte, 130 banidos, 4.862 cassados, 6.592 militares atingidos, milhares de exilados, centenas de camponeses assassinados e 426 mortos e desaparecidos políticos, entre os quais se encontram os nossos homenageados (apud, Teles, 2009:21) ¹.

O regime militar de 1964-1985, pressionado pela opinião pública e movimentos sociais, foi obrigado a ceder e, em 28 de agosto de 1979, sancionou a Lei da Anistia – embora não fosse a que todos clamavam: ampla, geral e irrestrita. Os presos políticos saíram das prisões, os exilados/banidos retornaram ao país, os clandestinos voltaram ao convívio social, embora não tenha havido nenhum esclarecimento por parte dos militares acerca do paradeiro dos mortos/desaparecidos.

Inúmeras estratégias foram utilizadas pela ditadura militar no sentido de produzir uma "outra" história desse período. Por isso, até hoje, a nação ainda não conhece a verdadeira história do regime de 1964.

É urgente revisitar esse período tão sombrio da realidade brasileira, retomando a discussão da Lei da Anistia (1979) e problematizando seus efeitos e implicações, em busca da reconstrução permanente da memória de nosso país.

Este Caderno, com pequenos fragmentos das vidas de jovens estudantes e professores da UFRJ, expõe, em breve narrativa, a luta que cada um empreendeu durante aqueles sombrios anos. A luta voltada para um projeto de país livre, democrático, justo e igual.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e, em especial, o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH), que defendem a manutenção da democracia brasileira, não poderiam deixar, nestes 30 anos da Lei da Anistia, de lembrar de seus alunos, professores e técnicos administrativos que também lutaram pelo seu retorno. Por isso, homenageiam seus jovens estudantes e professores mortos e desaparecidos, cujas famílias, até hoje, não tiveram elucidadas as circunstâncias das suas mortes, bem como os esclarecimentos acerca de seus paradesiros.

Mariléa Venâncio Porfírio

Diretora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) da UFRJ

Rio de Janeiro, Primavera de 2009.

¹ Almeida, Criméia et.al (orgs.). Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). 2ª Ed. São Paulo: Imprensa Oficial Estado de São Paulo, 2009.



Adriano Fonseca Filho **Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B)**

✦ 18/12/1945

† 03/12/1973

Nasceu em Ponte Nova, Minas Gerais, no dia 18 de dezembro de 1945, filho de Adriano Fonseca e de Zely Eustáquio Fonseca.

Era o segundo de cinco irmãos de uma família presbiteriana.

Fez o curso primário numa escola particular em Ponte Nova e, aos 10 anos, transferiu-se para o Colégio Batista, em Belo Horizonte. Posteriormente, mudou-se para Lavras, onde fez o curso científico, no Instituto Gammon. Muito ligado à música, Adriano estudava e tocava piano desde os cinco anos.

Gostava muito de música popular brasileira, jazz, música erudita e, principalmente, dos Beatles. Jogava xadrez, lia muito, gostava mais de literatura e teatro do que de livros teóricos - mesmo os de Filosofia que eram de sua área.

Deve ter ido para o Rio de Janeiro por volta de 1967/1968, onde foi trabalhar no Superior Tribunal Eleitoral e se dedicou ao teatro, encenando e escrevendo peças. Uma das peças em que atuou - como ator - foi encenada no Teatro Teresa Rachel. Adriano estudou no cursinho pré-vestibular do Centro Acadêmico "Edson Luís" em 1968 e, nesse período, iniciou sua participação no movimento estudantil na luta por aumento de vagas nas universidades. Adriano foi aprovado no vestibular no final de 1968, iniciando o curso de Filosofia/Ifcs, em 1969. Ainda no primeiro semestre de 1969, começou sua militância política no Partido Comunista do Brasil (PC do B). Participou ativamente do movimento estudantil e, após a edição do Ato Institucional nº 5, com a intensificação da repressão, foi obrigado a entrar, em 1970, para a clandestinidade.

No final de 1970, início de 1971, participou da Comissão Organizadora da Juventude Patriótica, movimento de frente única de jovens, criado sob a iniciativa do PC do B. Já nessa época, abandonou o emprego por questões de segurança e por já estar vivendo como clandestino. Foi então que se colocou à disposição do PC do B para fazer um trabalho especial no campo. Em função disso, foi destacado para ir para o Araguaia, indo viver na região da Gameleira, incorporando-se ao Destacamento B. Usava os codinomes Chico, Queixada, Alberto e Felipe. Tinha, nessa época, 23 anos de idade. Adriano Fonseca Filho foi ferido em combate no dia 28 ou 29 de novembro de 1973, próximo à gruta do Nascimento, estando desaparecido desde então.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que ele foi "morto na região do Araguaia em 3 de dezembro de 1973".



Ana Maria Nacinovic

Militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN)

✦ 25/03/1947

† 14/06/1972

Nasceu em 25 de março de 1947, no Rio de Janeiro, filha de Mário Henrique Nacinovic e Anadyr de Carvalho Nacinovic.

Fez o curso primário, ginásio e científico no Colégio São Paulo, de freiras, em Ipanema/RJ. Aos 21 anos, ingressou como 2ª colocada na Faculdade de Belas Artes da UFRJ.

Sua fotografia estava estampada em cartazes nos aeroportos, rodoviárias e outros lugares públicos; apontavam-na como uma subversiva perigosa. Ana Maria foi metralhada e morta na Mooca/SP, em 14 de junho de 1972. Estava com 25 anos de idade. Com ela, morreram Marcos Nonato da Fonseca e líri Xavier Pereira. Os três jovens e Antônio Carlos Bicalho Lana almoçavam no Restaurante Varella. O proprietário do estabelecimento, Manoel Henrique de Oliveira, que era alcagete da polícia, telefonou para o DOI/Codi-SP avisando da presença de algumas pessoas que tinham suas fotos afixadas em cartazes de "Procurados", feitos na época pelos órgãos de segurança. Os agentes do DOI/Codi, assim que se certificaram da presença dos quatro companheiros, montaram uma emboscada em torno do restaurante, mobilizando um grande contingente de policiais. De imediato, foram fuzilados líri e Marcos Nonato. Ana Maria ainda vivia quando um policial, ouvindo seus gritos de protesto e de dor, impotente perante a morte iminente, se aproximou desferindo-lhe uma rajada de fuzil FAL, à queima-roupa, estraçalhando-lhe o corpo. Ato contínuo, os policiais fizeram uma demonstração de selvageria para a população, que se aglomerou em volta daquela já horrenda cena. Dois ou três policiais agarravam o corpo de Ana Maria e o jogavam de um lado para o outro, às vezes lançando-o para o alto e deixando-o cair abruptamente no chão. Descobriram-lhe também o corpo ensanguentado, lançando impropérios e demonstrando o júbilo na covardia de tê-la abatido. Não satisfeitos, desfechavam-lhe ainda coronhadas com seus fuzis, como se mesmo morta Ana Maria representasse ainda algum perigo. A população, revoltada com tamanha violência e selvageria, esboçou, dias depois, uma reação de protesto, tentando elaborar um abaixo-assinado que seria encaminhado ao governador do Estado. Mas, devido ao clima de terror existente no País naquela época, somado ao pânico de que aquelas cenas de verdadeiro horror pudessem se repetir com eles, a iniciativa foi posta de lado. Também as ameaças feitas pelos policiais, na hora do crime, intimidaram os populares.

O Relatório do Ministério da Aeronáutica contém a falsa versão de que foi ferida após resistir à voz de prisão.



Antônio Pádua Costa

Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B)

✦ 12/06/1943

† 14/01/1974

Nasceu em 12 de junho de 1943, no Piauí, filho de João Lino da Costa e Maria Jardimina da Costa.

Desaparecido na Guerrilha do Araguaia, desde 1974.

Estudante de Astronomia da UFRJ, foi da diretoria do DA do Instituto de Física e indiciado por sua participação no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna.

Quando passou a viver na clandestinidade, foi para a região do Araguaia, onde vivia na localidade de Metade, em São João do Araguaia/PA, e tornou-se vice-comandante do destacamento A das Forças Guerrilheiras.

Com seu jeito alegre e brincalhão, rapidamente conquistou a simpatia dos vizinhos e companheiros. Com seu espírito prático e capacidade de direção, assumiu o Comando do Destacamento A – Helenira Resende - após a morte de André Grabois.

Foi visto pela última vez no dia 14 de janeiro de 1974, quando houve intenso tiroteio com as Forças Armadas. Estavam com ele naquele momento Antônio Alfaiate e Lúcio Petit, também desaparecidos.

Segundo o depoimento de um morador da região, Antônio foi preso em casa de um camponês, no início do ano de 1974.

O Relatório do Ministério da Marinha afirma que teria sido assassinado por uma companheira, "quando estavam acampados em local/ região não definidos". Causa estranheza o Ministério da Marinha ter informações tão detalhadas sobre sua morte e nenhuma informação sobre o local onde se deu sua prisão, o que demonstra, mais uma vez, a tentativa de escamotear as informações.



Antônio Sérgio de Matos

Dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN)

✦ 18/02/1948

† 23/09/1971

Nasceu em 18 de fevereiro de 1948, no Rio de Janeiro, filho de Armando Mattos e Maria de Lourdes Pereira Mattos.

Fez o curso primário na Escola Pública Manoel da Nóbrega; foi um excelente aluno, no curso primário e no ginásio. Ao ingressar no ensino médio até a faculdade, trabalhava pela manhã e estudava à noite.

Em 1969, quando cursava Direito na Faculdade Nacional de Direito (UFRJ), Antônio Sérgio iniciou sua militância política no MAR. Fez parte da Associação de Auxílio aos Reclusos (Aures), que dava, na época, assistência aos presos políticos do Presídio Lemos de Brito. Em agosto de 1969, ajudou na fuga de nove presos políticos do Lemos de Brito, o que lhe forçou a entrada na clandestinidade. Passou, então, a militar na ALN e, até fins de 1970, permaneceu na cidade do Rio de Janeiro. Posteriormente, deslocou-se para São Paulo, como dirigente regional da ALN.

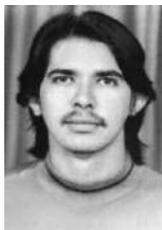
Juntamente com Manuel José Mendes Nunes de Abreu e Eduardo Antônio da Fonseca, Antônio Sérgio foi emboscado na Rua João Moura, na altura do n° 2.358, no bairro Sumarezinho/SP, e fuzilado, no dia 23 de setembro de 1971. Foi enterado no Cemitério de Perus, como indigente.

Em 1975, sua família conseguiu retirar seus restos mortais e trasladá-los para o Rio de Janeiro, onde foi sepultado no sítio de seus pais, em Macaé (RJ). Os relatórios dos Ministérios da Marinha e Aeronáutica mantêm a versão policial, dada em 1971, de que Antônio teria sido metralhado durante um assalto a um jeep do Exército.

"(...) Um depoimento de uma mãe sincera, que nunca soube odiar a mão assassina que tirou a vida de um jovem que era orgulho dos pais que o queriam muito, por ser ele um exemplo de filho, de aluno, de amigo sincero.

É tudo que posso te contar, pois a vida política dele nós ignoramos por completo, até o dia, ou melhor, a madrugada, que minha casa foi invadida por oficiais armados procurando por ele, e daí em diante sabia pelos jornais e televisão de tudo que o acusavam." Levamos cinco anos esperando que ele chegasse, e quando fomos ao IML de São Paulo, lá descobri que ele estava sepultado como indigente fazia quatro anos no cemitério de Perus."

Trecho da carta enviada por sua mãe à Comissão Especial de Mortos/Desaparecidos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.



Antônio Teodoro de Castro **Do Partido Comunista do Brasil (PC do B)**

✦ 12/04/1945

† 27/02/1974

Nasceu em 12 de abril de 1945, em Itapipoca/CE, filho de Raimundo de Castro Sobrinho e Benedita Pinto de Castro.

Desaparecido na Guerrilha do Araguaia, desde 1973.

Cursava o 4° ano de Farmácia na UFC, e era diretor da Casa do Estudante Universitário. Transferiu-se para o Rio de Janeiro devido às perseguições políticas que vinha sofrendo na universidade. A seguir, matriculou-se na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da UFRJ, participando do movimento estudantil nos anos 1969/70. Como se intensificavam as perseguições, Antônio acabou se mudando

para o interior, indo residir na região da Gameleira e integrando-se ao Destacamento B da Guerrilha.

Desapareceu no dia 25 de dezembro de 1973, após intenso tiroteio no acampamento onde estava com diversos companheiros. O Relatório do Ministério da Marinha diz que “foi morto durante ataque de terroristas à equipe que o conduzia, no dia 27 de fevereiro de 1974”. Isto nos dá a certeza de que tendo sido preso, provavelmente no dia 25 de dezembro de 1973, acabou sendo assassinado, dois meses depois, sob tortura.

“Antônio Teodoro de Castro era uma pessoa comum, como todos nós sempre fomos. Desde cedo trabalhava muito, tendo em vista sermos nove irmãos. Antônio, que se caracterizava como uma pessoa muito estudiosa, obteve aprovação no vestibular, com dezesseis anos, para a Universidade Federal do Ceará, para o curso de Farmácia e Bioquímica. Desde então, ele ficava os dois expedientes na Faculdade de Farmácia. Como universitário e pessoa muito esforçada, logo surgiu a vocação para ministrar aulas na rede estadual, onde passou a dar aulas de Química no Colégio Joaquim Nogueira. Foram aparecendo outros colégios e ele foi aumentando suas atividades de professor. Antônio passou a reforçar a renda familiar. De uma maneira geral, a vida continuava muito difícil. Em 1970, foi morar no Rio de Janeiro, onde ministrava aulas de Química no cursinho Miguel Couto, para se manter. Sempre escrevia para minha mãe e amorosamente fazia poemas para ela, que se desmanchava em lágrimas. Nossa relação familiar era muito cheia de amor e fraternidade. Nossa mãe era muito guerreira. Nosso pai era sábio. Em 1973, Theo deixou de enviar cartas para minha mãe. Com o passar do tempo, soubemos o que realmente tinha acontecido através de pessoas amigas e revistas sobre a Guerrilha do Araguaia. Meu pai faleceu em 1984, sem saber a verdade, minha mãe faleceu em 2003. Nosso martírio continua para saber onde está o corpo de Theo”.
Depoimento de Maria Eliana de Castro, irmã de Antônio Teodoro.



Arildo Airton Valadão **Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B)**

✦ 28/12/1948

† 24/11/1973

Nasceu em 28 de dezembro de 1948, em Itaici/ES, era filho de Altivo Valadão de Andrade e Helena Almochdice Valadão.

Desaparecido da guerrilha do Araguaia, desde 1973.

Estudou até a conclusão do 2º grau em Cachoeiro do Itapemirim/ES e, em 1968, ingressou no Instituto de Física da UFRJ. Lá conheceu Áurea Elisa Pereira Valadão, também desaparecida na Guerrilha do Araguaia, colega de turma com quem se casou, em fevereiro de 1970. Moravam em um pequeno apartamento no Catete, e se mantinham com uma bolsa de estudos do CNPq e com o que ganhava como monitor.

Foi presidente do Diretório Acadêmico do Instituto de Física, em 1968.

Perseguido pelos órgãos de repressão, que invadiram o apartamento onde morava, passou a viver na clandestinidade, juntamente com sua companheira Áurea Eliza, tendo viajado para a região do Araguaia no segundo semestre de 1970, indo morar na região de Caianos – Destacamento C.

Foi morto e decapitado, em 24 de novembro de 1973, por agentes da repressão, junto a uma gruta. No dia seguinte, seu corpo sem cabeça foi visto pelos companheiros. Tinha um ferimento à bala que não era suficiente para matá-lo, o que faz supor que tenha sido decapitado ainda com vida. No Relatório do Ministério da Marinha, consta: "morto em 24 de novembro de 1974".



Áurea Eliza Pereira Valadão **Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B)**

✦ 06/04/1950

† Desaparecida - 1974

Nasceu em 6 de abril de 1950, em Areado, sul de Minas, filha de José Pereira e Odila Mendes Pereira.

Desaparecida na Guerrilha do Araguaia, aos 24 anos.

Sua família morava na Fazenda da Lagoa, município de Monte Belo, onde seu pai era administrador e, por isso, Áurea Eliza teve que ir, muito cedo, para o internato.

Afetiva e risonha, sempre manteve um bom relacionamento com a família durante sua infância e adolescência.

Mudou-se, em 1964, para o Rio de Janeiro, para cursar o 2º grau no Colégio Brasileiro, em São Cristóvão, morando com sua irmã Lara, com quem tinha laços muito estreitos e afetuosos. Prestou vestibular, aos dezessete anos, para o Instituto de Física da UFRJ, em 1967, onde pretendia estudar Física Nuclear.

Participou intensamente do movimento estudantil no período de 1967 a 1970, tendo sido membro do Diretório Acadêmico de seu Instituto, juntamente com Antônio Pádua Costa e Arildo Valadão – seu marido –, ambos também desaparecidos.

No início do ano de 1974, foi vista viva e em bom estado de saúde no 23º Batalhão de Infantaria da Selva, pelo preso Amaro Lins, que prestou estas declarações no 4º Cartório de Notas de Belém/PA. Segundo depoimento de uma moradora de Xambioá, que não quis se identificar, Áurea foi vista morta na delegacia da cidade, e seu corpo estaria enterrado no cemitério local.

Em 1991, familiares de mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia estiveram neste cemitério junto com a Comissão de Justiça e Paz e a equipe de legistas da Unicamp. Nessa ocasião, foram exumadas duas ossadas, uma de um negro, provavelmente Francisco Manoel Chaves (desaparecido) e outra de uma mulher, jovem, cujo corpo estava enrolado num pano de paraquedas com a identificação

arrancada, que poderia ser de Áurea. Em 1996, os restos mortais encontrados no cemitério de Xambioá foram identificados como sendo de Maria Lúcia Petit, outra guerrilheira assassinada no Araguaia.

O "*Cordel da Guerrilha do Araguaia*", de autoria de D. Nonato da Rocha, assim se referiu à Áurea:

"Áurea era professora / E decidi improvisar / Duma tapera, uma escola / Prá criança-da estudar / Ela nada cobrava / Ensinava e brincava / Com as crianças do lugar".



Ciro Flávio Salazar e Oliveira

Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B)

✧ 26/09/1943

† 30/09/1972

Nasceu em 26 de setembro de 1943, em Araguari/MG, filho de Arédio Oliveira e Maria de Lourdes Oliveira.

"Com a transferência da família para o Rio de Janeiro, fez o primário no Colégio Santo Antônio Maria Zacarias, e, posteriormente, no Franco Brasileiro, onde concluiu o curso. Optando pela Arquitetura – com o gosto e facilidade que o marcaram pelo desenho – ingressou na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Alegre, cordial, sua simpatia contagiante granjeou grande número de amigos. Dotado de profundo humanismo e grande senso de justiça, atento à política, sempre se interessou pelas causas sociais, a solidariedade humana. Já no 4º ano da Universidade, começou a tomar vulto o movimento estudantil em protesto contra erros e injustiças (...).

(...) Foi detido pelo Dops distribuindo folhetos no dia da famosa passeata dos 100 mil. Conseguiu se libertar; entretanto, seguido e vigiado, teve de partir para a clandestinidade.

Encontrávamo-nos no maior cuidado através de amigos. No final do ano de 1969, nos vimos pela última vez. Começou então a romaria atrás de notícias mais concretas. Dificilmente se conseguia alguma coisa... Apareceram bem depois, esclarecimentos em livros e jornais. Consegui, no entanto, separar dois grandes sentimentos: a saudade imorredoura de um convívio insubstituível, e a honra de ser mãe desta criatura digna, heroica, cuja coragem suplantou separações, distâncias, na luta por uma pátria mais justa e honrada em favor dos irmãos oprimidos. Uma foto sua incendiando uma viatura policial em uma manifestação de rua, publicada na revista "Manchete", lhe valeu intensa perseguição policial. Foi para o Araguaia, em 1970, indo viver na Região do Rio Gameleira, mais tarde fazendo parte do Destacamento B das Forças Guerrilheiras.

Morou em Palestina, município de São João do Araguaia, sul do Pará, onde, junto com Paulo Roberto Marques, instalou uma farmácia para a distribuição de medicamentos, buscando atender à população local. Giro morreu metralhado no dia 30

de setembro de 1972, aos 30 anos, juntamente com João Carlos Haas Sobrinho e outros companheiros.

Ciro acreditava na luta revolucionária e dizia:

"... se tivesse que começar tudo de novo, sem hesitar, começaria com gosto, alegria e vontade inabaláveis".

Obrigada meu filho, por sua vida!

Depoimento de Maria de Lourdes Salazar e Oliveira, mãe de Ciro Flávio



Fernando Augusto da Fonseca **Militante do Partido Comunista Revolucionário (PCBR)**

✦ 13/01/1946

† 26/12/1972

Nasceu em 13 de janeiro de 1946, no Rio de Janeiro, filho de José Augusto Valente da Fonseca e Nathaly Machado da Fonseca.

Casado, tinha dois filhos.

Concluiu o 2º grau no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Estudava Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro e trabalhava no Banco do Brasil (Agência Central). Foi demitido por abandono do emprego quando, em 1970, foi obrigado a viver na clandestinidade pela perseguição implacável que lhe moviam os órgãos de segurança.

Militou na Corrente e no PCBR, chegando a ser membro do seu Comitê Central.

Preso em Recife, em 26 de dezembro de 1972, foi levado a uma unidade do Exército daquela cidade, falecendo na mesma noite em consequência de torturas. Na ocasião, sua mulher, Sandra Maria Araujo da Fonseca, e seu filho André Luís, de três anos de idade, foram presos pelo Dops de Recife e mantidos incomunicáveis por 20 dias.

No Rio de Janeiro, já haviam sido presos três companheiros de Fernando Augusto: José Silton Pinheiro, José Bartolomeu Rodrigues de Souza e Getúlio d'Oliveira Cabral, todos igualmente torturados.

Os corpos dos quatro prisioneiros foram levados a um lugar ermo, onde foram crivados de balas, para dar a impressão de morte em tiroteio, sendo que José Silton, José Bartolomeu e Getúlio tiveram seus corpos carbonizados.

Os presos políticos que, na mesma época, se encontravam no cárcere, em Recife e no DOI/Codi, são testemunhas desse massacre. O corpo entrou no IML/RJ em 30 de dezembro de 1972, como desconhecido, pela Guia nº 10 do Dops/R.J.

O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que ele foi morto "dia 29/12/72, no Grajaú/RJ, por seus próprios companheiros, os quais travaram intenso tiroteio com a equipe de segurança que se aproximou do local". Versão também amplamente divulgada pela imprensa, em 17 de janeiro de 1973.



Flávio Carvalho Molina

Militante do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO)

✦ 08/11/1947

† 06/11/1971

Nasceu em 8 de novembro de 1947, no Rio de Janeiro, filho de Álvaro Andrade Lopes Molina e Maria Helena Carvalho Molina.

Cursou o primário nos colégios São Bento e São José, no Rio de Janeiro. No período de 1966 e 1967, enquanto cursava o científico no Colégio Mallet Soares, iniciou a formação de sua consciência política. Em 1968, entrou para a Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Praia Vermelha. Foi preso em manifestação estudantil durante invasão do campus pela polícia, levado para o campo de futebol do Botafogo, assistindo ali às mais diversas atrocidades contra colegas seus. Foi fichado e solto no dia seguinte. Em julho de 1969, vendo-se perseguido pelas forças da repressão, já tendo sido indiciado em inquérito na 2ª Auditoria do Exército, do qual foi posteriormente absolvido, e temendo a possibilidade de ser preso novamente, optou por deixar a casa de seus pais, visando não transferir para a família a repressão a ele dirigida. Trancou a matrícula na Universidade, passou à clandestinidade, militando na Aliança Libertadora Nacional (ALN). Viveu em Cuba, de novembro de 1969 até meados de 1971, quando retornou ao Brasil. Foi preso no dia 6 de novembro de 1971, em São Paulo, por agentes do DOI/Codi-SP, em cuja sede foi torturado até a morte.

Somente em julho de 1979, a família, por investigação própria e com apoio dos Comitês Brasileiros de Anistia, tomou conhecimento de seu assassinato. Os autos de sua prisão registraram apelidos, sua identidade falsa e seu nome verdadeiro. Essa documentação informava a morte de Flávio e seu sepultamento como indigente, em 9 de novembro de 1971, no Cemitério Dom Bosco, em Perus, sob o nome de Álvaro Lopes Peralta. A família obteve da Justiça o reconhecimento de sua morte e a retificação do assentamento de óbito para Flávio. Durante 15 anos, houve diversas tentativas de identificação de suas ossadas por exames comparativos de DNA, na Unicamp, na UFMG, na Colômbia, na Argentina, na Inglaterra, na USP, IMP/SP, Polícia Científica de São Paulo e, finalmente, no laboratório particular Genomic, em São Paulo, o qual identificou os restos mortais de Flávio, em setembro de 2005. Nesta última fase, o apoio do Ministério Público Federal/SP e o acompanhamento sério e eficiente dos procuradores Dr. Marlon Alberto Weichert e Dra. Eugênia Fávero foram imprescindíveis nesse processo.

Por fim, 34 anos após o seu assassinato, Flávio foi sepultado em jazigo da família, aliviando um pouco o longo sofrimento de sua mãe.

"Sua longa morte superou em tempo sua curta e intensa vida."



Frederico Eduardo Mayr

Militante do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO)

✧ 29/10/1948

† 23/02/1972

Nasceu em 29 de outubro de 1948, em Timbó/SC, filho de Carlos Henrique Mayr e Gertrud Mayr.

Foi baleado e preso pelos agentes do DOI/Codi-SP, em 23 de fevereiro de 1972, na Avenida Paulista, em São Paulo. Levado às câmaras de tortura do DOI/Codi, apesar de ferido com um tiro no abdômen, Frederico foi visto pelos outros presos recolhidos àquele órgão de repressão política, sendo torturado na chamada "cadeira de dragão". Segundo os depoimentos desses presos, foi torturado até a morte pelos integrantes da Equipe "C" do DOI/Codi-SP. Enterrado sob nome falso, no Cemitério Dom Bosco, em Perus, seus restos mortais estavam na Vala de Perus. A ossada de n° 246 era de Frederico, sendo identificada, em 1992, no Departamento de Medicina Legal da Unicamp. Seus restos mortais foram trasladados para o jazigo da família, no Rio de Janeiro, em 13 de julho de 1992.

"O segundo de meus três filhos, Frederico, foi educado com muito amor dentro dos mesmos princípios que eu recebi de meus pais. Em meio aos valores encontrados em Timbó, área de colonização europeia, lugar onde eu nasci e fui criada, Frederico cedo aprendeu que todos os homens são iguais e têm o seu valor próprio, independente de seu trabalho. Ainda criança, veio para o Rio de Janeiro. (...). Coursou o primário na Escola Municipal Dr. Cócio Barcellos, em Copacabana, próxima de nossa casa, ensino igual para todos, princípio que achávamos importante em sua educação. Fez seu curso ginásico e científico no Colégio Mallet Soares. Ingressou na Faculdade de Arquitetura da UFRJ aos dezoito anos de idade. Foi um escoteiro exemplar, dos sete aos dezesseis, na Tropa Baden Powell. Gostava muito da vida em contato com a natureza, dos acampamentos. Praticou a pesca submarina na adolescência. Era namorador.

(...) Foi somente em 1979, quando da promulgação da Lei de Anistia, que vimos o nome de meu filho ser publicado em listas dos Comitês Brasileiros pela Anistia, ora como morto, ora como desaparecido. Membros do CBA/SP procuraram familiares meus no Rio de Janeiro com cópias de documentos do processo, onde as autoridades judiciárias extinguiam sua punibilidade por ter sido morto por órgãos de segurança e enterrado no Cemitério de Perus, sob o falso nome de Eugênio Magalhães Sardinha. Apesar da informação da morte constar em processo na Justiça Militar, meu filho continuou a responder a outras ações penais em outras auditorias militares."
Depoimento de Gertrud Mayr, mãe de Frederico Eduardo.



Guilherme Gomes Lund

Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B)

✦ 11/07/1947

† 25/12/1973

Nasceu em 11 de julho de 1947, na cidade do Rio de Janeiro, filho de João Carlos Lund e Julia Gomes Lund.

Desaparecido, desde 1973, na Guerrilha do Araguaia, com 26 anos.

Estudou no Colégio Militar do Rio de Janeiro e, posteriormente, no Colégio Santo Antônio Maria Zacaria, no Curso Vetor e na Faculdade de Arquitetura da UFRJ, cursando até o segundo ano.

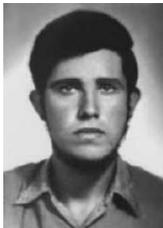
Foi militante do movimento estudantil. Preso em 1968, acabou sendo condenado à revelia a 6 meses de prisão. Em 1969, foi residir em Porto Alegre e, em fevereiro de 1970, mudou-se para a localidade de Faveira, na região do Araguaia.

Para Guilherme, a adaptação à vida no campo foi dura. Acostumado ao conforto, tudo era estranho e difícil. Devido à sua prática anterior em hipismo, dedicou-se com afinco ao ofício de 'tropeiro', sendo um dos melhores. Era também um excelente nadador. Ao se iniciar à luta guerrilheira, Guilherme já era um excelente mateiro e caçador. Era um companheiro dedicado, sempre preocupado em ensinar aos menos experientes.

Era membro do Destacamento A das Forças Guerrilheiras e, posteriormente, foi deslocado para o Destacamento C.

Em 25 de dezembro de 1973, encontrava-se no acampamento guerrilheiro, doente com malária, quando foi desfechado um violento ataque das Forças Armadas, e ele teria sido fuzilado.

O Relatório do Ministério da Marinha confirma a data de sua morte sem outros esclarecimentos.



Hélio Luiz Navarro De Magalhães

Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B)

✦ 23/11/1949

† 14/03/1974

Nasceu em 23 de novembro de 1949, no Rio de Janeiro, filho de Gerson Menezes Magalhães e Carmem Navarro de Magalhães.

Desaparecido, desde 1974, na Guerrilha do Araguaia, quando contava 25 anos.

Foi estudante das Escolas de Química e de Música, ambos os cursos da Univer-

sidade Federal do Rio de Janeiro. Devido a dificuldades de continuar estudando, após a decretação do AI-5, optou por abandonar a escola e foi viver no interior, próximo à Transamazônica.

Inicialmente, teve grandes dificuldades de adaptação, principalmente para cozinhar e calcular distâncias na mata. A primeira superou com a prática, e a segunda contando passos e tempo. Isto lhe valeu o apelido de “passômetro” e a capacidade de calcular com grande precisão as distâncias. Edinho, como era conhecido no Araguaia, gostava muito de música e, na cidade, tocava piano. Ao se mudar para a mata, procurou adaptar seus conhecimentos musicais, tornando-se flautista.

Deslocou-se para a região do Araguaia, em 3 de outubro de 1970. No dia 14 de janeiro de 1974, após combate entre seu grupo e as Forças Armadas, não foi mais visto. Provavelmente havia sido preso.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que *“foi preso gravemente ferido, como terrorista, na região de Chega com Jeito... Possibilidades de sobrevivência desconhecidas... Morto em 14/3/74”*.



Jana Moroni Barroso **Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B)**

✦ 10/06/1948

† 08/02/1974

Nasceu em 10 de junho de 1948, em Fortaleza/CE, filha de Benigno Girão Barroso e Cyrene Moroni Barroso.

Desaparecida desde 1974, na Guerrilha do Araguaia, quando tinha 26 anos.

Cursou a Faculdade de Biologia da UFRJ, onde ingressou na vida política. Trabalhou com outros companheiros, como responsável pela imprensa clandestina do PC do B.

Em abril de 1971, visando à continuidade de seu trabalho político, mudou-se para a localidade de Metade, no sul do Pará. Nessa região, além do trabalho da roça e da caça, foi professora primária. Casou-se com Nelson Lima Piauhy Dourado, também desaparecido. Era combatente do Destacamento A – Helenira Resende. Sua mãe, D. Cyrene, não poupou esforços à sua procura, indo várias vezes à região do Araguaia ou recorrendo aos órgãos governamentais à procura de informações sobre o seu paradeiro.

Desaparecida desde 2 de janeiro de 1974, após ataque das Forças Armadas, quando estava em companhia de Maria Célia Corrêa e Nelson Piauhy Dourado. Segundo depoimentos colhidos por sua mãe, Jana foi presa e levada para Bacaba, localidade às margens da Transamazônica, onde foi construído um centro de torturas das Forças Armadas. De acordo com os moradores da região, nesse local também se encontra um cemitério clandestino. Estava quase nua e com muitas arranhaduras pelo corpo. Foi amarrada, colocada em um saco e içada por um helicóptero. Isso teria se

dado nas proximidades de São Domingos do Araguaia. O Relatório do Ministério da Marinha diz que foi morta, em 8 de fevereiro de 1974.

"A Jana era uma pessoa muito estudiosa; fazia parte do Grupo das Bandeirantes, foi chefe dos Lobinho; tudo isso em Petrópolis, onde morávamos e onde ela fez o curso secundário. Quando veio para o Rio fazer a faculdade, se engajou na União da Juventude Patriota (UJP). Foi então que começou a participar de movimentos políticos (...). Quando a Jana foi para o Araguaia, chamou a mim e ao pai, e disse que nós precisávamos entender que aquele era um trabalho muito sério. Meu marido pediu que ela me levasse junto. Jana explicou que não podia, e me deixou esse livro Mãe, de Máximo Gorki –, com uma pequena cartinha, pedindo que eu só a lesse depois que ela tivesse partido. Meus outros filhos foram levá-la à rodoviária (...). Eu nunca podia supor que jamais iria vê-la de novo. Mas, na carta, ela me explicava que aquela era uma questão de ideologia, e talvez eu não a tivesse de volta (...)".
Depoimento de Cyrene Moroni Barroso, mãe de Jana.



José Roberto Spiegner

Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

✦ 30/12/1948

† 17/02/1970

Nasceu em 30 de dezembro de 1948, em Barra do Pirai/RJ, filho de Jacob Spiegner e Sarita Szajna.

Já no antigo ginásio e científico, no Colégio Pedro II, José Roberto começou a participar do movimento estudantil, atuando no Grêmio. Estudou também na Aliança Francesa e na Cultura Inglesa, fazendo vários outros cursos, como Cinema e Jornalismo. Participou de um concurso de Cinema Amador de Curta Metragem, ficando em 1º lugar.

Em 1966, entrou para a Faculdade de Economia da UFRJ, tendo sido aprovado em 1º lugar. Passou a militar no Diretório Acadêmico. Ingressou, na época, no MR-8 e, em 1968, pelo agravamento geral da situação do país, entrou na clandestinidade.

Em 17 de fevereiro de 1970, foi morto em tiroteio, no Rio de Janeiro, na Rua Joaquim Silva, nº 53, entrada 5, quarto 8, por agentes do DOI/Codi-RJ.

O corpo de José Roberto entrou no IML, pela Guia nº 01 do Dops/RJ, e retirado por seu cunhado, Sérgio Leão Klein, sendo enterrado pela família no Cemitério Comunal Israelita de Vila Rosali (RJ).

"Desde muito cedo, inconformado com as diferenças sociais e dedicado às leituras filosóficas, passou a defender seus ideais no Grêmio do Colégio Pedro II e no jornal do colégio, veículo dos jovens daquela geração."

Depoimento de Marilene Spiegner, irmã de José Roberto.



Kleber Lemos Da Silva

Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B)

✦ 21/05/1942

† 29/06/1972

Nasceu em 21 de maio de 1942, no Rio de Janeiro, filho de Norival Euphrosino da Silva e Karitza Lemos da Silva.

Desaparecido na Guerrilha do Araguaia, em junho de 1972.

Participou do movimento estudantil da década de 1960 e, em princípios de 1970, como aluno do Instituto de Economia e, posteriormente, como pesquisador do Ifdc/UFRRJ. Após formado, foi residir na região do Araguaia, na localidade de Caiano, onde já moravam outros companheiros, incorporando-se ao Destacamento B da Guerrilha.

Em fins de junho de 1972, estava doente, com leishmaniose e impossibilitado de andar. Ficou deitado em sua rede, na mata, enquanto o companheiro com quem estava foi pedir ajuda aos demais guerrilheiros, tendo sido visto por um bate-pau (mercenário que servia de guia às Forças Armadas). Foi baleado no ombro e, ferido, amarrado no lombo de um burro para ser levado a Xambioá. Pelo caminho, foi deixando um rastro de sangue e aos moradores que encontrava gritava: "Abaixo a ditadura! Viva a liberdade!", segundo contam alguns moradores.

O Relatório do Ministério do Exército diz que Kleber era "militante do PC do B, participou da Guerrilha do Araguaia, foi morto no dia 29/1/72, em confronto com uma patrulha, sendo sepultado na selva sem que se possa precisar o local exato". Essa informação tem pelo menos um equívoco, pois os confrontos armados no Araguaia só tiveram início a partir do dia 12 de abril de 1972. Já o Relatório do Ministério da Marinha diz que "foi preso quando se encontrava acampado na mata"

O Documento dos Fuzileiros Navais diz que Kleber foi preso, no dia 26 de junho de 1972, pela Brigada Paraquedista e que, no dia 29 de junho de 1972, sem precisar o local, foi metralhado quando tentava fugir. É interessante notar que o mesmo documento, em outro trecho, quando trata das recomendações quanto aos prisioneiros de guerra diz: "a) os prisioneiros de guerra deverão ser encaminhados imediatamente ao S-2 e, em seguida, ao PC da Brigada; b) prisioneiros de guerra falecidos deverão ser sepultados em cemitério escolhido e comunicado. Deverão ser tomados os elementos de identificação (impressões digitais e fotografias)".

Por que as autoridades militares ainda insistem em dizer que não têm essas informações?



Lincoln Bicalho Roque **Dirigente do Partido Comunista do Brasil (PC do B)**

✦ 25/05/1945

† 13/03/1973

Nasceu em 25 de maio de 1945, em São José do Calçado/ES, filho de José Sarmiento Roque e Maria Augusta Bicalho Roque.

Cursou o primário no Grupo Escolar Bodart Júnior, de Rio Novo do Sul, e o ginásio no Colégio Estadual do Espírito Santo, em Vitória, onde tirou primeiro lugar, conseguindo, com isso, cursar o segundo grau no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

Foi aprovado para todas as Faculdades de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, chegando a cursar um ano desta disciplina na Faculdade Nacional de Medicina. Após esse ano, trancou a matrícula, passando a cursar Sociologia na Faculdade Nacional de Filosofia. Formou-se sociólogo em 1967, quando foi contratado professor do Ifcs/UFRJ. Em abril de 1968, por suas atividades políticas, foi compulsoriamente aposentado.

Antes de passar à clandestinidade, foi preso várias vezes. Participou do Programa Nacional de Alfabetização e integrou os Comitês Estadual e Central do PC do B.

Lincoln desapareceu em 13 de março de 1973. De imediato, a família percorreu os órgãos policiais à procura de informações. Após uma incansável busca, pediram ajuda à CNBB. Em 21 de março, divulgou-se a notícia de que Lincoln fora morto ao resistir à prisão em um choque armado, no Campo de São Cristóvão. Após sucessivas idas e vindas ao Ministério do Exército, informaram que o corpo poderia ser encontrado no IML. O corpo apresentava inúmeras marcas de tortura, e foi mantido fora da geladeira do dia 22 para o dia 23 de março. Tais fatores, juntamente com as pressões dos órgãos de segurança, dificultaram o reconhecimento e obrigaram a família a realizar o enterro imediatamente, sem ao menos velar seu ente querido. Seu cadáver entrou no IML/ RJ, no mesmo dia, como desconhecido, pela Guia n° 15 do Dops.

Foi reconhecido, segundo documento n° 437 do Dops/RJ, em 16 de março de 1973, pelas impressões digitais, e retirado por seu irmão, sendo enterrado pela família, em 23 de março, no Cemitério Jardim da Saudade (RJ).

Deixou marcas por toda a sua vida estudantil, profissional e política, seja por sua paciência e persuasão nas discussões intelectuais ou por sua genialidade, carinho e carisma em suas diversas e intensas relações pessoais.



Luiz Alberto Andrade de Sá e Benevides

Militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)

✧ 28/09/1942

† 08/03/1972

Nasceu em 28 de setembro de 1942, em João Pessoa/PB, filho de José Estácio Corrêa de Sá e Benevides e Jerusa Andrade de Sá e Benevides.

"Quem imaginaria que aquele jovem vitorioso por ingressar no curso de Economia da então Universidade do Brasil, em 1964, apesar de ter completado o científico em curso noturno, pago do seu próprio bolso com trabalho no banco, seria obrigado, em meados de 1969, a abandonar os estudos, no último ano, para fugir da perseguição política? Seu ingresso na universidade no momento histórico em que ocorreu o envolveu nas lutas que então se travavam pela manutenção do ensino superior gratuito, contra os acordos MEC-Usaid, pela ampliação das vagas nas universidades e contra os atos institucionais, as cassações de direitos políticos, as expulsões de professores e alunos que tinham se manifestado pelas reformas de base.

Em 1966, passaria a atuar também na área sindical como bancário, pois ingressaria por concurso no BEG, o Banco do Estado da Guanabara. Militou no PCB, até o racha de 1966, quando saiu para fundar o PCBR junto com Mário Alves, Apolônio de Carvalho, entre outros.

Fazia parte do Comitê Central quando, em 8 de março de 1972, em Cachoeirinha/PE, na estrada para Caruaru, teria sido vítima fatal de um acidente rodoviário, juntamente com sua mulher, Miriam Lopes Verbena, segundo versão oficial. Segundo relato do Dossiê do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, Luiz Alberto foi perseguido por agentes da Polícia Federal.

Em janeiro de 1977, quando a família quis transladar os restos mortais de Luiz Alberto e Miriam para o Rio, que teriam sido enterrados em Caruaru, as ossadas tinham desaparecido. Até mesmo o livro de registro dos sepultamentos, do ano de 1972, fora extraviado.

Em 1991, nova tentativa frustrada. Só em 1995, o livro de registros reapareceu. Os nomes estavam lá, mas os restos mortais não foram localizados. Por isso, a família recorreu à Comissão de Mortos e Desaparecidos, sem obter sucesso. A última tentativa para o resgate do corpo foi a coleta de sangue para o banco de DNA, em 2006. Os significados dos seus nomes 'Luiz', defensor dos fracos, e 'Alberto', ilustre, representam a sua opção de vida"

Depoimento de Sonia Benevides, irmã de Luiz Alberto



Maria Célia Corrêa

Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B)

✦ 30/04/1945

† Desaparecida - 1974

Nasceu em 30 de abril de 1945, na cidade do Rio de Janeiro, filha de Edgar Corrêa e Irene Corrêa.

Desaparecida na Guerrilha do Araguaia, aos 29 anos.

Bancária e estudante de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia, hoje UFRJ, no Rio de Janeiro. Em 1971, foi viver na região do Araguaia, onde já se encontrava seu irmão Elmo e sua cunhada Telma, ambos também desaparecidos. Pertenceu ao Destacamento A – Helenira Resende, da Guerrilha.

Foi vista pela última vez por seus companheiros no dia 2 de janeiro de 1974, e estava com Nelson Lima Piauhy Dourado, Jana Moroni e Carretel (todos guerrilheiros desaparecidos), quando houve um tiroteio contra os mesmos.

Os moradores de São Domingos viram quando Maria Célia era levada presa, com outros guerrilheiros. Segundo o depoimento de Maria Raimundo Rocha Velloso, moradora da região, Maria Célia foi presa por "Manezinho das Duas", que a amarrou e a levou com a ajuda de outro homem para o acampamento do Exército em Bacaba (Transamazônica).

Esse depoimento foi confirmado por Geraldo Martins de Souza, delegado de São Domingos na época dos acontecimentos, que recebeu uma medalha do Comando do Exército na região por serviços prestados. Geraldo disse que "Rosinha", nome com que era conhecida na região, foi presa no local chamado Açaizal.

Santinho, vereador pelo PSDB da Câmara de São Domingos, em 1991, e genro de Geraldo Martins de Souza, diz que eram duas as mulheres guerrilheiras levadas para Bacaba por seu sogro; uma delas era Maria Célia. Em todos estes depoimentos, as pessoas são unânimes em afirmar que estava viva e sem ferimentos de arma de fogo, em meados de 1974.



Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo

Militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-PALMARES)

✦ 1939

† 29/03/1972

Ex-integrante da Juventude Universitária Católica, foi aluna do Colégio de Aplicação da atual UFRJ. Era formada em Pedagogia pela Faculdade Nacional de

Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Enquanto aluna, teve intensa participação no movimento estudantil. Pedagoga, trabalhou no Maranhão e em Pernambuco pelo Movimento de Educação de Base. Após o golpe de 1964, ingressou no movimento Ação Popular e, posteriormente, na organização Var-Palmares. Regina foi casada com Raimundo Gonçalves Figueiredo, assassinado pelas forças da repressão, em 28 de abril de 1971. Foi morta aos 33 anos, em março de 1972. Deixou duas filhas menores: Isabel e Iara.

Maria Regina foi ferida quando a casa em que se encontrava, em Quintino, no Rio de Janeiro, foi invadida por agentes do DOI/Codi-RJ, no dia 29 de março de 1972. Lígia Maria Salgado Nóbrega e Maria Regina, juntamente com Antônio Marcos Pinto de Oliveira, foram presos e assassinados.

O corpo de Maria Regina chegou ao IML pela Guia n° 02 do Dops, como desconhecida, vindo da Av. Suburbana, n° 8988, casa 72, Bairro de Quintino (RJ), como tendo sido morta em tiroteio. Entretanto, há testemunhas que afirmam que, após ser baleada na perna, foi levada para o DOI-Codi, onde veio a morrer horas depois, tendo, inclusive, sido levada para o Hospital Central do Exército.

Segundo consta do documento, foi identificada nesse mesmo dia 30, através de ficha do Instituto Félix Pacheco/RJ. No entanto, Maria Regina foi reconhecida por suas irmãs Maria Eulália, Maria Alice e Maria Augusta, em 7 de abril de 1972, quando, segundo elas, o corpo de Maria Regina foi finalmente identificado. Foi sepultada no dia seguinte, no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.

Fotos e laudo de perícia de local (n° 1884/72 e Ocorrência n° 264/72), feitos pelo Instituto de Criminalística Carlos Éboli/RJ mostram o corpo de Maria Regina baleado. O jornal *Correio da Manhã*, de 6 de abril de 1972, publicou a notícia de sua morte, sob o título "*Terroristas morrem em tiroteio em Quintino*" e, ao lado de sua foto, o nome de Ranússia Alves Rodrigues, nome que constava do documento que portava. Naquele dia, Maria Regina ainda não havia sido identificada no IML/RJ, porque sobre ela não constava qualquer registro nos órgãos de repressão da ditadura.



Mário de Souza Prata

Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

✦ 1945

† 02/04/1971

Estudante de Engenharia da UFRJ, natural do Rio de Janeiro.

Morto aos 26 anos de idade, no Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1971, baleado no bairro Campo Grande/RJ.

Foi enterrado como indigente, em 23 de abril de 1971, no Cemitério Ricardo de Albuquerque, na cova n° 20.608, quadra 16. Entretanto, desde sua entrada no IML/RJ, já se sabia de quem se tratava, pois, ao lado do número de sua Guia como desconhecido está a marca "sub", o que significava "subversivo". Não se tem data

de quando seus restos mortais foram para o osuário geral, mas presume-se que estejam na vala clandestina, junto com cerca de 2000 outras.

"(...) A retomada do movimento democrático, em 68, colocou em xeque a ditadura militar, que reagiu fazendo um novo golpe, dentro do golpe, ou seja, mais fascismo e repressão. Um dos alvos preferidos da ditadura militar foi a UFRJ, com inúmeras ações de repressão, naquela época. O companheiro Mario Prata foi uma das vítimas desse período. Estudava Engenharia na UFRJ. Nós idealizamos coletivamente o renascimento do movimento estudantil 10 anos depois, em 1978, com muito carinho, para que a ditadura militar soubesse que, apesar do fascismo, os ideais democráticos são imortais. Assim, reabrimos o DCE da UFRJ, um dos organizadores da passeata dos 100 mil, sob a direção política do MR-8, a mesma direção que organizou a passeata. Realizando a assembleia de refundação do DCE, na Escola de Engenharia, uma das mais combativas em 68, e homenageando o companheiro Mario Prata, um dos nossos heróis. A luta pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita foi na época um dos principais estandartes do DCE Mario Prata (...).

(...) Hoje, 30 anos depois, juntamente com inúmeros companheiros e camaradas, sentimos raro sentimento de orgulho pelos momentos intensos que vivemos e, mais, sentimos que podemos contribuir para que o Brasil hoje esteja no rumo da sua plena independência econômica e social, reafirmando seus compromissos com a democracia e com uma grande pátria para as próximas gerações."

Depoimento de Roberto J. Bittencourt - primeiro presidente do DCE Mario Prata.



Paulo Costa Ribeiro Bastos

Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

✦ 16/02/1945

† 13/07/1972

Nasceu em 16 de fevereiro de 1945, em Juiz de Fora/MG, filho do General Othon Ribeiro Bastos e de Maria do Carmo Costa Bastos já mortos). Era o mais novo de quatro irmãos – Romeu, Guilherme e Lúcia.

Cursou o 1º e 2º graus no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Ingressou na Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, terminando seu curso em 1970 – primeira turma que estudou no Fundão. Trabalhava como engenheiro hidráulico no Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs).

Casou em 17 de julho de 1970, com Tereza Cristina Denucci Martins, aluna do Ifcs/UFRJ, sua prima e companheira de MR-8, hoje anistiada política.

Foi preso em 11 de julho de 1972 junto com Sergio Landulfo Furtado, no ponto de ônibus em frente à Reitoria da UFRJ, no campus da Praia Vermelha, e assassinado em 13 de julho de 1972, sob tortura, pelo DOI-Codi (Divisão de Operações Internas), no 1º Batalhão da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita - Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro.

Seu corpo foi jogado em alto-mar pela Aeronáutica, para que a corrente marítima não o trouxesse de volta. O Atestado de Óbito só foi expedido em 7 de fevereiro de 1996 - 24 anos depois de sua morte. No Registro de Óbito consta causa mortis desconhecida - sepultado em cemitério desconhecido.

"Ficava horas sentado sob sua enorme escrivania escutando Mozart. Escolheu como nome de guerra "Nelson", em homenagem ao cantor Nelson Gonçalves. Não gostava de festas, mas pulava quatro dias de Carnaval sem parar."

Depoimento de Tereza Cristina Denucci Martins, viúva de Paulo Bastos



Raul Amaro Nin Ferreira **Morto aos 27 anos de idade, no Rio de Janeiro.**

✦ 02/06/1944

† 12/08/1971

Nasceu em 2 de junho de 1944, no Rio de Janeiro, filho de Joaquim Rodrigo Nin Ferreira e Mariana Lanari Ferreira.

Formado em Engenharia Mecânica pela PUC/RJ, em 1967, participou de vários encontros nacionais e internacionais, tendo sido professor assistente do curso de Engenharia Naval da UFRJ. Quando foi preso, trabalhava no Ministério da Indústria e Comércio, e se preparava para viajar com bolsa de estudos para a Holanda.

Foi preso pelo Dops/RJ, na noite do dia 31 de julho para 1 de agosto de 1971, na Rua Ipiranga, bairro de Laranjeiras, quando dirigia seu carro em companhia de outro engenheiro, Saidin Denne. Em 2 de agosto, foi encaminhado ao DOI/Codi-RJ depois de ter sua residência invadida e ocupada pela repressão. A família, nesse dia, presenciou sua prisão, saindo algemado de casa, sem nada poder fazer. Foi torturado a ponto de ser preciso que o levassem, às pressas, para o Hospital Central do Exército, onde veio a falecer, no dia 12 de agosto. Sua necropsia foi realizada no próprio HCE. Inicialmente foi impedida a presença do médico da Organização Mundial de Saúde, professor Manuel Ferreira, que havia sido chamado pela família de Raul para acompanhar a citada necropsia. Somente duas horas depois de iniciada, permitiram-lhe que entrasse e, perplexo, viu as seqüelas sofridas por Raul: suas pernas e coxas cheias de equimoses. O exame necroscópico não descreve tais lesões.

Em 1979, sua família iniciou processo contra a União, pois conseguiu também o depoimento de um ex-soldado do Exército, Marco Aurélio Guimarães, que prestava serviço no DOI/Codi-RJ na época, e viu Raul Amaro sendo torturado nas dependências daquele órgão da repressão. Há também depoimento de ex-presos políticos, como Alex Polari de Alverga e Aquiles Ferreira, que o viram no Dops/RJ.

Esse processo ganhou em 1ª instância e, em 7 de novembro de 1994, o Estado foi responsabilizado pela prisão, tortura e morte de Raul. A família, representada pelo seu advogado, não quis receber a indenização. Pedro Nin Ferreira, um dos oito irmãos de Raul Amaro, assim declarou: "Nunca imaginamos receber repara-

ção financeira porque o Estado não pode comprar seus mortos, seus assassinatos.
.." (JB, 8/11/94).

"Sabemos que a entrega do corpo de Raul Amaro foi um 'privilégio', pois não fizeram assim com muitos outros. Raul Amaro foi sempre um homem brilhante por onde passou e tinha um coração boníssimo, sendo lembrado com carinho por todos que o conheceram. Nunca nos conformaremos com o acontecimento e jamais esqueceremos Raul Amaro."

Depoimento de Mariana Lanari Ferreira, mãe de Raul Amaro.



Sônia Maria de Moraes Angel Jones

Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN)

✦ 09/11/1946

† 30/11/1973

Nasceu em 9 de novembro de 1946, em Santiago do Boqueirão/ RS, filha de João Luiz Moraes e Cléa Lopes de Moraes. Foi morta em São Paulo, em 1973, aos 27 anos.

Estudou no Colégio de Aplicação da antiga Faculdade Nacional de Filosofia e, posteriormente, na Faculdade de Economia e Administração da UFRJ, mas não chegou a se formar, sendo desligada pelo Decreto nº477, de 24 de setembro de 1969.

Casou-se, em 18 de agosto de 1968, com Stuart Edgar Angel Jones, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Em 1º de maio de 1969, foi presa em manifestação na Praça Tiradentes/RJ, sendo levada para o Dops e, posteriormente, para o Presídio Feminino São Judas Tadeu. Somente foi libertada em 6 de agosto de 1969, quando foi julgada e absolvida por unanimidade pelo Superior Tribunal Militar. Passou a viver na clandestinidade.

Em maio de 1970, exilou-se na França, onde se matriculou na Universidade de Vincennes e, para se sustentar, trabalhou na Escola de Linguas Berlitz, em Paris, onde lecionava Português.

Com a prisão e desaparecimento de Stuart pelos órgãos brasileiros de repressão política, Sônia decidiu voltar ao Brasil para retomar a luta de resistência. Ingressou na ALN e viajou para o Chile, onde trabalhava como fotógrafa. Posteriormente, em maio de 1973, retornou clandestinamente ao Brasil, indo morar em São Paulo.

Foi assassinada sob torturas no dia 30 de novembro de 1973, juntamente com Antônio Carlos Bicalho Lana. Durante quase vinte anos, a família investigou os fatos relacionados à prisão, tortura e assassinato de Sônia e Antônio Carlos.

Apesar de terem identificado Sônia Maria, os seus assassinos enterraram-na como indigente, no Cemitério Dom Bosco, em Perus, sob o nome de Esmeralda Siqueira Aguiar. A família de Sônia conseguiu obter através de processo de número 1.483/79, na 1ª Vara Civil de São Paulo, a correção de identidade e retificação do Registro de Óbito. Oficialmente morta, a família pôde trasladar seus restos mortais para o Rio de Janeiro, em 1981.

Em 1982, o IML/RJ constatou que os ossos entregues à família, enterrados no Rio de Janeiro, eram de um homem. Para, finalmente, sepultar dignamente os restos mortais de Sônia, a família teve que fazer várias exumações, que chegaram a seis.



Stuart Edgar Angel Jones

Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

✦ 11/01/1946

† 14/06/1971

Nasceu a 11 de janeiro de 1946, na Bahia, filho de Norman Angel Jones e Zuleika Angel Jones.

Desaparecido desde 1971, aos 26 anos de idade.

Casado com Sônia Maria Morais Angel Jones, morta pelos militares. Estudante de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Foi preso no Rio de Janeiro, em 14 de junho de 1971, por volta das 9 horas, por agentes do Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa), para onde foi levado e torturado. Ao cair da noite, após inúmeras sessões de tortura, já com o corpo esfolado, foi amarrado à traseira de um jeep da Aeronáutica e arrastado pelo pátio com a boca colada ao cano de descarga do veículo, o que ocasionou sua morte por asfixia e intoxicação por monóxido de carbono.

O preso político Alex Polari de Alverga é testemunha da prisão e tortura até a morte de Stuart, tendo inclusive presenciado a cena em que ele era arrastado a um jeep, com a boca no cano de descarga do veículo, pelo pátio interno do quartel.

No Relatório do Ministério da Marinha, consta que foi "morto em 5 de janeiro de 1971, no Hospital Central do Exército..."; o Relatório do Ministério da Aeronáutica faz referências às denúncias sobre a morte de Stuart feitas por Alex Polari.

Zuzu Angel, mãe de Stuart, figurinista morta em circunstâncias ainda não esclarecidas, em 1976, relata em depoimento inédito ao historiador Hélio Silva o desaparecimento de seu filho (...). Baseada em carta de Alex Polari e em outras evidências, Zuzu denunciou o assassinato de Stuart - de dupla cidadania, brasileira e norte-americana - ao senador Edward Kennedy, que levou o caso ao Congresso dos Estados Unidos. A mãe do estudante morto entregou também ao secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, - quando este esteve no Brasil, em 1976, - uma carta pessoal, a tradução da carta de Alex e um exemplar do vigésimo volume da série 'História da República Brasileira', de Hélio Silva, na qual o autor relata a morte do estudante.

O caso Stuart Angel se mistura com o plano de utilização do Parasar para eliminação de lideranças políticas, concebido pelo brigadeiro Burnier, em 1968. O plano foi denunciado pelo capitão Sérgio Miranda de Carvalho que, por este motivo, foi punido pelo Ato Institucional nº 5. (...).





UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



SGCOM
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
DE COMUNICAÇÃO SOCIAL